

A CRISE ESTRUTURAL DO VALOR E A FORMAÇÃO AUTOFÁGICA

THE STRUCTURAL CRISIS OF VALUE AND THE AUTOPHAGIC FORMATION

LA CRISIS ESTRUCTURAL DEL VALOR Y LA FORMACIÓN AUTOFÁGICA

DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v16i3.56903>

Cristiano J. Steinmetz¹

Resumo: Este estudo pretende fazer uma aproximação entre alguns elementos da Teoria crítica do valor (*Wertkritik*) e o campo da formação humana notadamente no que se refere aos âmbitos escolar e cultural. Tal aproximação é aqui apenas inicial e propõe refletir sobre o "sexo do capitalismo" e as formas fetichistas do Estado e suas respectivas instituições sociais (Roswitha Scholz, 1996). Para além do seu papel de teoria sobre a crise do capitalismo, pretende-se também demonstrar: i) como a Teoria crítica do valor nos abre margem para compreender algumas questões centrais dos processos relativos à educação como dispositivo sócio-histórico de formação humana também em crise, e ii) como esta teoria nos permite identificar os traços gerais de uma perspectiva epistêmica radicalmente crítica ao fundamento masculino da moderna sociedade produtora de mercadorias.

Palavras-chave: Epistemologia. Teoria crítica do valor. Formação autofágica.

Resumen: Este estudio pretende aunar algunos elementos de la teoría crítica del valor (*Wertkritik*) y el ámbito de la formación humana, en particular en lo que respecta a las esferas escolar y cultural. Este enfoque es sólo inicial y propone una reflexión sobre el «sexo del capitalismo» y las formas fetichizadas del Estado y sus respectivas instituciones sociales (Roswitha Scholz, 1996). Además de su papel como teoría sobre la crisis del capitalismo, se pretende también demostrar: i) cómo la teoría crítica del valor permite comprender algunas cuestiones centrales relativas a la educación como dispositivo sociohistórico de formación humana también en crisis, y ii) cómo esa teoría permite identificar los rasgos generales de una perspectiva epistémica radicalmente crítica con el fundamento masculino de la moderna sociedad productora de mercancías.

Palabras clave: Epistemología. Teoría crítica del valor. Formación autofágica.

Abstract: This study aims to bring together some elements of the critical theory of value (*Wertkritik*) and the field of education, particularly regarding the school and cultural spheres. This approach is only initial and proposes a reflection on the "sex of capitalism" and the fetishistic forms of the state and its respective social institutions (Roswitha Scholz, 1996). In addition to its role as a theory on the crisis of capitalism, the aim is also to demonstrate: i) how the Critical theory of value allows us to understand some central issues relating to education as a socio-historical device for human formation that is also in crisis, and ii) how this theory allows us to identify the general features of an epistemic perspective that is radically critical of the masculine foundation of modern commodity-producing society.

Keywords: Epistemology. Critical theory of value. Autophagic formation.

Uma nova concepção epistêmica para a crítica dos processos de formação humana

Vivemos num contexto histórico no qual o conceito de crise é invocado a todo momento e não apenas para se referir à economia, mas também às esferas social, cultural e política. Foi no momento histórico da derrocada do socialismo real, das conseqüentes “refutações” à teoria marxiana no âmbito acadêmico e na política institucional, que os autores vinculados ao desenvolvimento da Teoria crítica do valor (*Wertkritik*)² enfatizavam a necessidade cada vez maior de uma crítica fundamental àquilo que, em alguma medida, era conservado no interior de um pensamento supostamente crítico ao capitalismo. Já em seu ponto de partida, tal crítica pressupunha um confronto a um conjunto de categorias clássicas da economia política que havia sido tomada como fator social positivo por alguns teóricos vinculados ao materialismo histórico-dialético. Isto é, na medida em que categorias como trabalho, dinheiro e mercadoria compunham, em medidas bastante variáveis, tal conjunto de fatores positivos, a Teoria crítica do valor alcançava e elaborava um entendimento radical sobre estas categorias que não mais seriam tomadas como partes de uma herança a ser guardada, tampouco como objetos de disputa, mas sim como expressões distintas do modo de funcionamento de uma sociedade que tem na valorização do valor o seu ponto de partida e o seu ponto de chegada.

Surgida na década de 1980 em Nuremberg na Alemanha, a Teoria crítica do valor continua recebendo desdobramentos significativos justamente por identificar que o moderno sistema de valorização do valor se encontra numa crise terminal expresso, em suma, por sua incapacidade de manter as taxas de lucro sempre de modo ascendente, e que, devido aos processos econômicos decorrentes disso, desencadearia também um colapso das instituições sociais que teriam de ser repensadas do ponto de vista de sua função social. Talvez o caso da educação escolar seja um exemplo emblemático desta crise estrutural do valor expressa no campo da cultura e da política, haja vista a sua progressiva incapacidade de realizar uma de suas principais promessas históricas: garantir os processos de formação humana para a manutenção da força de trabalho num mercado em crescimento constante. O mercado, de fato, ampliou-se drasticamente nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, porém ampliou apenas para a dimensão abstrata da economia e não para as parcelas humanas que a movimentam diariamente. O enriquecimento massivo da minoria mais rica e o empobrecimento estrutural das camadas sociais populares atestam isso de diversas maneiras. E é nestes termos que uma parte fundamental do horizonte relativo aos processos de formação humana pode ser compreendida. A luta pela constante recomposição e requalificação dos currículos e diretrizes escolares apenas atesta que a educação está em crise ao passo que esta é gestada com vistas às demandas do sistema econômico vigente. Como já se tornou evidente, as investidas neoliberais para contornar essas questões não conseguiram resolver estes problemas no interior deste mesmo sistema então em crise e as alternativas “críticas” a estas questões, em sua grande maioria, acabam por recair em experiências cuja validade a história já constatou.

Deste modo, poder-se-ia perguntar: como fica a função da instituição escolar quando a clássica forma do mercado de trabalho está em vias de dissolução? Que tipo de educação podemos esperar da instituição escolar quando ela se vincula ao horizonte abstrato do capitalismo em crise? Neste contexto, o

que esperar da crítica anticapitalista voltada à educação quando o seu discurso ou se faz valer de uma nostalgia romântica de processos revolucionários do passado ou ainda quando se utiliza, por exemplo, de um conceito como o de “empreendedorismo” que se apresenta completamente disforme e caduco do ponto de vista crítico? Em síntese, as respostas para estas questões já vêm se delineando há algum tempo e em um número ampliado de respostas que, para mais ou para menos, buscam aclimatar o sujeito à crise estrutural do valor, sem levar em plena consideração uma crítica ao modo lógico-identitário imanente à presente fase da modernidade esclarecida e sem, tampouco, identificar alguns dos aspectos fetichistas que a perfazem.

Uma vez que as relações dialéticas entre as realidades objetiva e subjetiva indicam a forma da consciência social e individual, seria doravante possível compreender os elementos da presente crise do capital como também uma crise da forma-sujeito³. Daí emergem as questões que arvoram os debates em torno daquilo que já se tornou consenso chamar de “racionalidade neoliberal” (Dardot; Laval, 2016), ou seja, da presente forma do capitalismo que parece não mais exercer apenas pressão externa sobre o sujeito social, mas interna, como que em uma subjetividade libidinalmente constituída pelo valor ou ainda como uma “pulsão de morte” que é sublimada numa espécie de desempenho empresarial tornado subjetivo do ponto de vista da psique dos sujeitos. Nestes termos, destaca-se o fato de que o valor é uma fantasmagoria real e que, como “sujeito automático” do processo real do capitalismo (Marx, 2017), apresenta-se objetivamente como principal parâmetro de referência - seja em relação ao que se espera das instituições diversas, seja em relação às concepções de sujeito em voga social ou institucionalmente. Quem tratou de modo mais aprofundado das especificidades de uma articulação teórica entre as questões psicanalíticas e a forma-sujeito imanente à crise do valor foi Anselm Jappe (2021) em sua obra intitulada *A sociedade autofágica: capitalismo, desmesura e autodestruição*. Nesta obra, o conceito de “autofagia” remonta à mobilização do mito de Erisícton no qual este último, através de sua ganância compulsória, é amaldiçoado por Deméter, deusa da colheita e da agricultura, com uma fome insaciável que o leva à autodestruição pelas vias do canibalismo. Tal mito surge na obra de Jappe (2021) como uma alegoria bastante precisa para compreender aquilo que normatiza, sobretudo de modo inconsciente, toda a dinâmica organicamente autodestrutiva do capitalismo. A partir do presente esforço, tal mito também se apresenta como uma alegoria sobre a forma da educação e dos processos gerais de formação humana constituídos na e pela experiência cultural e política do capitalismo em crise, cuja norma instituída busca fazer os sujeitos sociais se constituírem em termos puramente abstratos em sentido *ad aeternum*.

A partir da identificação do caráter autofágico do valor – autofágico porque ao consumir tudo a sua volta acaba por minar as condições de sua própria existência –, toma-se como pressuposto deste estudo o entendimento de que em sua dinâmica própria de funcionamento o valor pode ser compreendido tanto no plano material da experiência cotidiana, como no plano da consciência e da inconsciência individual e social. Tanto em um como no outro, tal questão alude ao plano metafórico de Erisícton como algo dotado de uma fome insaciável e que, portanto, não se satisfaz com nada de concreto, mas com o quantitativo puramente abstrato do valor. Eis a desmesura da lógica estrutural e sistêmica de mais-valor absoluto e infinito almejada pela forma-empresa imanente ao capitalismo. Surge daí, como manifestação direta dos interesses do valor,

não uma classe social burguesa desprovida de empatia, mas a caracterização do modo de funcionamento da subjetividade individual e social, moderna e contemporânea. Essa “caracterização” constitui a “máscara de caráter” da forma-sujeito que acredita ter as suas angústias e dilemas respondidos na medida em que tem acesso ao mais-valor expresso no dinheiro (Oliveira, 2020). Do modo como são construídas, estas elaborações atingem uma crítica radical não somente do capital, mas também de uma visão de mundo (*Weltanschauung*) constituída pelos pressupostos do valor, do trabalho e do dinheiro que constitui, inclusive, os fundamentos inconscientes do ideal de sujeito e de sociedade que a educação mobiliza cotidianamente. Na história da modernidade até então, foi este ideal que constituiu os fundamentos sob os quais a sociabilidade humana tinha de se organizar, independente se esse mesmo ideal já havia anunciado de antemão o colapso desta própria sociabilidade.

Daí emergiu o conceito de “formação autofágica”⁴ que nos permite compreender, à luz dos princípios epistêmicos da Teoria crítica do valor, a particularidade sócio-histórica da formação humana, entendida aqui tanto em sentido institucional, quanto cultural. Tais princípios epistêmicos, que aqui começam a se voltar às particularidades dos processos da formação humana contemporânea, buscam incidir diretamente sobre os seguintes aspectos relativos aos processos formativos: i) numa crítica radical ao projeto civilizatório do Esclarecimento e aos seus derivados sócio-históricos alinhados à manutenção da clivagem de gênero do valor; ii) numa crítica da modernidade, ou seja, ao clássico ideário de progresso imanente ao desenvolvimento do valor que tem por objetivo valorizar a si mesmo num ciclo fetichista infinito, e iii) numa crítica à forma-sujeito imanente a este contexto e que é gestada, no interior das experiências modernas, pela positivação das categorias imanentes ao desenvolvimento histórico do pensamento esclarecido.

Assim, pretende-se aqui articular a Teoria crítica do valor à algumas das questões centrais à formação humana (escolar e cultural), destacando um campo de pesquisa até agora pouco explorado e que, justamente por isso, não almeja expor exaustivamente as contribuições de tal episteme ao debate sobre as dimensões formativas contemporâneas, mas trilhar um caminho inicial àquilo que nos parece fundamental em nosso tempo histórico, a saber, a crítica de tudo aquilo que coloca a si mesmo como herança positiva dos processos históricos imanentes à atual crise do capitalismo. Disto emerge, numa súpula primária, um campo epistêmico voltado à análise crítica da formação humana com base na crítica da crise do valor e dos efeitos desta sobre a sociedade hodierna. Assim, propõe-se aqui uma abertura a um exercício de imaginação política fundamentalmente crítico que pretende, não necessariamente fazer uma análise exaustiva de dados concretos sobre determinadas instituições sociais, tampouco apontar as minúcias nas relações entre os estudos de gênero e a questão da formação humana, mas expor alguns pressupostos fundamentais para pesquisas na área da educação e da formação humana e cultural a partir da Teoria crítica do valor.

Formação autofágica como expressão formativa da crise do valor

Uma nova forma de aclimação da sociedade sob as determinações do valor vem ocorrendo sobretudo a partir da segunda metade do século XX, e isso se expressa não apenas na forma da presente

crise do capitalismo, mas também sob a perspectiva teórica de autores bastante diferentes entre si, como Luc Boltanski e Ève Chiapello (2009) naquilo que estes chamam de “terceiro espírito do capitalismo”; naquilo que Guy Debord (2017 [1988]) chamou de “espetáculo integrado”; ou ainda naquilo que um autor vinculado à Teoria crítica do valor (*Wertkritik*) chama de “mutações antropológicas” vinculadas à sociedade autofágica (Jappe, 2021). É nos termos da desmesura autofágica do capitalismo que surge um conjunto de fenômenos relativos à formação dos sujeitos sociais que a princípio aparentam ser desconexos entre si, mas que expressam para mais ou para menos as características centrais da progressiva crise do valor.

Emerge daí aquilo que podemos chamar de uma “formação autofágica”, ou seja, de um processo de formação humana que parte de um ideal abstrato que se apresenta, social e culturalmente, como um dado supostamente natural e que expressa, *ipsis litteris*, a forma autofágica do valor. Aqui, a crítica do valor confronta não apenas a pretensão de neutralidade dos ideais abstratos que perfazem a educação escolar, mas também a aparência de coesão e unidade do sujeito social e de sua respectiva consciência e racionalidade constituída histórica e ideologicamente sob o *ethos* (autofágico) do valor. Assim, a formação autofágica diz respeito tanto à formação do sujeito social que se vê constituído tal como um capital a ser sempre valorizado, como também diz respeito à formação cultural de sujeitos vinculados a formas de sofrimento psíquico que atravessam um número cada vez maior de psicopatologias que toda hora é atualizado e onde até mesmo a formação do Amok⁵ - sujeito que descarrega as suas frustrações e humilhações na forma de uma violência cega num espaço comum ao seu sofrimento, como é possível perceber nos múltiplos casos de *school shootings* - se coloca, cada vez mais, como uma tendência das culturas ocidentais hodiernas.

No tempo presente, pode-se dizer que os mais variados processos de formação humana, pela via de instituições específicas ou mesmo através da experiência cultural, reafirmam a dinâmica própria de valorização do valor, seja a partir da instauração da empresa como referente social e individual de produtividade e competitividade, seja a partir das múltiplas formas de adoecimento mental (depressão, ansiedade, *burnout* etc.) que decorre, por exemplo, da não adequação dos sujeitos à positividade imanente a este referente ideal e abstrato em crise. Assim, a forma-sujeito que acompanha a crise do valor é uma forma marcada pela acentuação radical da aceleração produtiva (não mais apenas como na fase fordista de acumulação, mas como num processo de valorização e gestão de si), da concorrência social generalizada e de uma desmedida impessoalidade formatada por abstrações mercantis e, portanto, por um desdobrar contínuo das formas de sofrimento psíquico. Um dos elementos que constituem a base não apenas do valor, mas também da própria forma-sujeito que lhe é imanente é, como veremos a seguir, a abstração arquetípica e metafísica do masculino⁶. O que a Teoria crítica do valor estabelece é a identificação de que as crises do capitalismo, ou ainda, da modernização e da forma-sujeito que dali é derivada, apresentam-se como sexualmente determinadas.

Ainda que existissem diversas formas de relações patriarcais antes do surgimento da sociedade capitalista, é apenas nesta que tal forma de relação social constitui uma forma-sujeito universal que é supostamente neutra do ponto de vista ideológico e que se vincula ao trabalho abstrato e ao valor. Roswitha Scholz (1996, p. 18) afirma o seguinte:

O núcleo de minha tese é o seguinte: a contradição básica da socialização através da forma-valor, de matéria (conteúdo, natureza) e forma (valor abstrato) é determinada com especificação sexual. Todo conteúdo sensível que não é absorvido na forma abstrata do valor, a despeito de permanecer como pressuposto da reprodução social, é delegado à mulher (dimensão sensível, emotividade etc.). [...] A constituição do valor, sexualmente específica, produz em última instância a repartição conhecida dos papéis entre os sexos; o 'feminino' assim adjudicado torna-se a condição de possibilidade do princípio masculino do 'trabalho' abstrato. A assimetria dessa relação, na qual o elemento sensível é marcado como feminino e por isso mesmo posto de lado e avaliado como inferior, justifica a fórmula de algo sensacionalista com que caracterizamos o patriarcado sem sujeito: 'o valor é o homem'.

A determinação fetichista de gênero é algo que, para a autora, encontra-se na base da própria constituição histórica da valorização do valor. Há, deste modo, uma dinâmica sócio-histórica que estabelece não apenas um lugar social para o gênero masculino e para o gênero feminino, mas que também produz uma relação fetichista de tendência inconsciente na qual um polo depende do outro de forma indissociável. Trata-se de um processo no qual um polo vinculado às atividades domésticas, de cuidado e de amortecimento psíquico, fundamental e idealmente dissociadas do trabalho abstrato, ligou-se à mulher, enquanto o outro, vinculado não apenas ao trabalho abstrato, mas também à uma concepção de razão, vinculou-se ao homem. Assim, os polos masculino e feminino se apresentam menos como determinações biológicas e mais como adjetivos que atuam como subterfúgios para a justificação da dissociação entre um e outro. Deste modo, para Scholz (1996), o valor é masculino na medida em que ele expressa as características sócio-históricas delegadas ao gênero masculino, ou seja, que se coloca como essencialmente racional, destemido, público etc., enquanto o feminino se coloca como frágil, caridoso, doméstico [privado] e assim por diante⁷. É isso que justifica para a autora os papéis⁸ atribuídos historicamente aos gêneros em questão e que estão tanto na base das relações sociais, culturais e econômicas, quanto na forma estruturante do Estado.

O caso da educação se torna exemplar quando se percebe, a partir das elaborações teóricas da crítica do valor à luz do estudo de gênero, que a educação como "ciência institucionalizada" ou como "programa político" tem caráter masculino e público na medida em que representa a força disciplinar do Estado, mas também possui caráter feminino e privado, e conseqüentemente inferior e limitado, quando representa a prática pedagógica vinculada sobretudo a partir de uma suposta "natureza feminina": a tarefa de cuidado, atenção e carinho. Ao nosso ver, estes conceitos se vinculam à dimensão estrutural do valor e, evidentemente, não determinam o gênero do profissional da educação, tampouco de figuras políticas que delegam os rumos desta instituição, mas podem sugerir a forma na qual essa mesma instituição costuma ser percebida à luz do sistema lógico-identitário e político imanente ao moderno patriarcado produtor de mercadorias. Nestes termos, poder-se-ia até mesmo falar em uma "economia emocional" essencialmente feminina que se coloca como condição material para a elaboração masculina da educação enquanto "cultura" ou mesmo "ciência".

Nas palavras de Scholz (1996, p. 33):

'O valor é o homem', não o homem como ser biológico, mas o homem como depositário histórico da objetivação valorativa. Foram quase exclusivamente os homens que se

comportaram como autores e executores da socialização pelo valor. Eles puseram em movimento, embora sem o saber, mecanismos fetichistas que começaram a levar vida própria, cada vez mais independente, por trás de suas costas (e obviamente por trás das costas das mulheres). Como nesse processo a mulher foi posta como o antípoda objetivo do ‘trabalhador’ abstrato — antípoda obrigado a lhe dar sustentação feminina, em posição oculta ou inferior —, a constituição valorativa do fetiche já é sexualmente assimétrica em sua própria base e assim permanecerá até cair por terra.

Entretanto, para além de toda tradição teórica sobre os feminismos liberais, Scholz (1996) vai afirmar que não se trata de substituir um por outro, ou seja, inverter a ordem dos fatores, tampouco defender que devemos transformá-los pelas vias da educação, mas de identificar que ambos os polos manifestam o sistema lógico-identitário do valor e que, portanto, ambos deveriam ser ultrapassados radicalmente. Ainda que o valor seja masculino, as relações de dominação que ambos os polos exercessem se fazem notáveis de múltiplas formas na história dos últimos séculos entre homens e mulheres e, mais recentemente, também se fazem visíveis nas demais formas de gênero que têm despontado com maior visibilidade política desde os anos 1970 e 1980, mas que ainda guardam, segundo as determinações objetivas do valor, “[...] atribuições patriarcais referentes ‘à mulher’” (Scholz, 1996, p. 29).

Se diferentes epistemes pensam a questão de gênero, estas não costumam fazê-la pelas vias da crítica à dimensão inconsciente imanente à presente forma histórica do fetichismo que se manifesta objetivamente nos termos do valor. Enquanto o “marxismo tradicional” - termo empregado por Moishe Postone (2014) com o intuito de caracterizar um conjunto de teorias marxistas associadas ao movimento operário - costuma partir de uma certa base ontológica e economicamente positiva, e outras epistemes reacionárias que abordam a questão da dominação partem da identificação de uma suposta base biológica e a-histórica, a Teoria crítica do valor se afasta de todas essas ao passo que é o fetiche que cola nos sujeitos sociais fazendo com que eles “[...] executem em si próprios uma finalidade totalmente diferente, supraindividual e privada de sujeito: o automovimento (valorização) do dinheiro” (Kurz, 2010, p. 227). Não se trata, novamente, de personalizar a crítica de gênero aos seus atores, mas de identificar os princípios que os regem em um processo de dominação desprovido de sujeito:

Do meu ponto de vista [...] a dominação é sem sujeito por sua própria essência, ou seja, os depositários do domínio não são sujeitos autoconscientes, mas agem no interior de uma moldura de sociabilidade dotada de constituição historicamente inconsciente. O valor sem sujeito remete ao homem sem sujeito, que na qualidade de dominador, de iniciador e realizador, colocou em movimento instituições culturais e políticas capazes de cunhar a história, que começaram a ter vida autônoma, inclusive com relação a ele. (Scholz, 1996, p. 17).

Assim, uma possível resolução das problemáticas imanentes às questões de gênero não teria de simplesmente disputar espaço de representação social e cultural e alcançar com isso uma certa condição política, mas teria de assumir um posicionamento que fosse fundamentalmente anticapitalista para, a partir da supressão das condições objetivas e materiais do capitalismo, lançar as bases de outra forma de sociedade que não fosse determinada por qualquer elemento imanente ao sistema racional da lógica esclarecida e moderna do valor. Ao tratar dos produtos da modernidade com vistas às relações destes com os arquétipos socio-históricos de gênero, Kurz (2005, n.p.) afirma que:

No sistema produtor de mercadorias da modernidade, e já na sua constituição primitiva, áreas como a filosofia, a medicina, a economia, a ciência da natureza, a política, a linguagem, etc., embora não se desenvolvessem ao mesmo ritmo, desenvolveram-se ainda assim numa direção comum, remetendo sempre objectivamente umas para as outras. O motivo para esta por vezes surpreendente concordância ou correlação terá de ser evidentemente procurado no desenvolvimento da respectiva formação social, que constitui o laço comum intrínseco aos vários domínios existenciais, áreas do saber e conhecimentos.

A “direção comum” que tomou a sociedade, a cultura e a própria subjetividade é, nestes termos, a direção do valor essencialmente clivado em um polo masculino e outro feminino, bem como das imposições de rendimento, de produtividade ou eficiência que o valor projetou à normatividade dos sujeitos e das instituições sociais diversas. Poder-se-ia falar, inclusive, que a forma da educação e dos processos de formação humana contemporânea são a expressão de relações sociais fetichistas, visto que há nelas algo que as determina e que é essencialmente inconsciente. Trata-se de processos da ordem de uma violência de gênero sistêmica da qual o feminino não se coloca como negação do princípio masculino, mas como seu apêndice imanente, ou seja, onde “a ‘esfera feminina’ e as qualidades imputadas às mulheres representam somente o outro lado da moeda do ‘trabalho’ abstrato no patriarcado ligado à forma-valor” (Scholz, 1996, p. 16).

À princípio, é indicador de algum processo de formação humana tudo aquilo que objetivou, consciente ou inconscientemente, a reafirmação de certas imposições sócio-históricas específicas numa determinada forma de subjetividade uniformizada. Ao que a história dos processos de formação humana nos sugere, os múltiplos regimes formativos do século XX e XXI, por exemplo, tendem a ser amparados numa profunda impessoalidade que, mesmo que considere a imaginação, a criatividade e os desejos dos sujeitos em formação, estes são determinados sobre o signo fetichista do mercado, do mundo do trabalho, da economia, da concorrência, em suma, do valor. Com isso, pode-se afirmar que, por um lado, ao passo que as questões relativas à formação humana se apresentam sobredeterminadas por questões econômicas, culturais e psicológicas diversas, por outro, torna-se justificável que uma crítica a tais processos formativos tem de ser radical não no sentido de conservar princípios ontologicamente forjados no interior do pensamento positivista moderno, mas essencialmente negativo como que em um prisma ainda pouco analisado. Por isso que a mobilização da Teoria crítica do valor acaba por constituir uma teoria relevante para a análise e compreensão, a partir de Marx e para além dele, das relações normativas do fetiche sobre as mais diversas estruturas sociais subsumidas às determinações da fantasmagoria do valor.

É, portanto, no prisma epistêmico da Teoria crítica do valor que se faz possível a mobilização de uma “ontologia negativa”, para usar o conceito de Robert Kurz (2010), que resumidamente consiste em propor uma recusa de toda e qualquer dimensão positiva do ponto de vista ontológico vinculada a qualquer convenção sócio-histórica. O oxímoro expresso em tal conceito confronta tanto determinados aspectos imanentes a um impulso ao poder e à agressão naturalizado pelo pensamento positivista moderno, como também confronta os aspectos idealistas do próprio marxismo, sobretudo aqueles vinculados à ontologia do ser social (Lukács, 2018) que, ainda que mobilize uma leitura materialista e histórico-dialética dos

processos históricos de desenvolvimento humano, também peca na medida em que conserva e naturaliza uma imposição sócio-histórica e inconsciente própria da modernidade que identifica o trabalho, aqui entendido em sentido historicamente determinado, como dimensão positiva (Kurz, 2010).

O caráter fetichista da história pressupõe, sobretudo na efervescência do surgimento de diferentes concepções políticas no decurso do século XX, um “apriorismo” de aspectos sócio-históricos que pressupõem a conservação daquilo que, nos termos de uma crítica radical, deveria ser confrontado. Trata-se de conceitos que por não terem sido submetidos a uma crítica efetiva, isto é, por terem sido compreendidos como uma espécie de “dado natural” dos processos de sociabilidade histórica, ressurgem das mais diversas formas, inclusive como aprofundamento do sofrimento social e individual decorrente do modo de funcionamento geral do capitalismo. A leitura insuficientemente crítica de conceitos como o de trabalho, por exemplo, são marcados ora por uma leitura majoritariamente anacrônica deste na história, ora por uma particular inclinação política e essencialmente pouco refletida do ponto de vista histórico. Assim, a ontologia negativa pode ser compreendida como a expressão da radicalidade teórica da crítica do valor, pois parte de um entendimento da história como a “história das relações de fetiche” (Kurz, 2010) e que, a partir disso, acaba por reafirmar a tese de que o processo sócio-histórico nada ou muito pouco tem de natural ou neutro, mas que este mesmo processo incorpora inconscientemente aquilo que cada geração herda do passado. O conceito de trabalho no interior das concepções históricas de educação é um caso exemplar disso.

A ontologia negativa trata, desta forma, da crítica aos princípios fetichistas que regem, sobretudo de maneira inconsciente, uma normatividade estruturante da sociedade moderna - tal como as dimensões de gênero e de sexualidade, bem como dos ideais da “forma-sujeito” historicamente gestados e difundidos por instituições sociais como a escola moderna. Tal como já afirmava Marx (2017) a respeito dos produtos da atividade humana convertidos em mercadoria, a sociedade moderna e as suas respectivas instituições também agem como coisas aparentemente dotadas de vida e consciência própria e que travam uma relação fantasmagórica para consigo mesma e para com os sujeitos sociais. Ao passo que o conceito de ontologia negativa pressupõe uma radicalidade na forma de tratamento das categorias da sociedade moderna, essa radicalidade, ancorada nos princípios epistêmicos do materialismo histórico-dialético, só poderia ter como ponto de partida *uma* das facetas do pensamento crítico de Marx. Isto porque, para Kurz, o conceito de radicalidade em Marx acompanhava a existência de uma dualidade reflexiva que se deu no interior do próprio pensamento marxiano. Tratava-se, segundo Kurz (2005 [1998], n.p., grifos nossos), de:

[...] dois teóricos na mesma cabeça, que seguem linhas de argumentação completamente diversas. O Marx nº 1 é o Marx universalmente conhecido, ‘exotérico’ e positivo, o descendente e dissidente do liberalismo, o político socialista do seu tempo e mentor do movimento operário, que nunca quis outra coisa senão direitos de cidadania e um ‘salário justo para uma jornada de trabalho justa’. Esse Marx nº 1 parece adoptar uma perspectiva ontológica do trabalho com a correspondente ética protestante, reivindicar a ‘mais-valia não paga’ e querer substituir a ‘propriedade privada dos meios de produção’ (jurídica) pela propriedade estatal.” [Já o Marx nº 2 é, até hoje, um] obscuro e pouco conhecido Marx ‘esotérico’ e negativo, o descobridor do fetichismo social e crítico radical do ‘trabalho abstracto’ e respectiva ética repressiva, que caracterizam o moderno sistema produtor de mercadorias.

É com base neste caráter “esotérico” da crítica materialista histórico-dialética que a Teoria crítica do valor busca se erigir, visto que também é por meio de tal aspecto da crítica marxiana que o conceito de “ontologia negativa” pode confrontar aquilo que deve ser fundamentalmente criticado e elaborado para além de suas determinações fetichistas, como as relações sistêmicas da sociedade gestadas pelo valor e constituídas a partir de uma cisão de gênero e a influência dessas relações sistêmicas sobre os processos de formação humana escolar e cultural. Torna-se evidente que, com base nessa separação entre as duas facetas da crítica marxiana, apenas a crítica “exotérica” esteve em voga nos debates teóricos relativos ao campo da educação e formação humana – eis o que marca notadamente uma “nova” episteme para a análise destas questões.

Assim, a crítica radical pressuposta na análise da “formação autofágica” se firma numa tese segundo a qual uma “pré-história das formas de fetiche não pode mais apresentar nenhum sistema lógico-identitário positivo da história enquanto processo regular de um desenvolvimento positivo mais elevado” (Kurz, 2010, p. 120). Nestes termos, não se trata de confrontar a forma-sujeito da modernidade capitalista para, a partir de tal confronto, resgatar sua natureza positiva então constrangida pelo capital, mas trata justamente de expor que aquilo que constitui a forma de uma “segunda natureza” nada mais é que um conjunto de determinações históricas nutridas, sobretudo de modo inconsciente, no seio de um determinado tempo histórico com especificidades fetichistas próprias (Kurz, 2010).

A formação autofágica alude, portanto, à especificidade da formação humana no interior da particularidade histórica do capitalismo, sobretudo no presente estágio do *continuum* histórico da crise capitalista. O valor, portanto, nada mais é que a forma do fetiche nas sociedades modernas e que, por seu caráter fantasmagórico e onipresente, apresenta-se como a forma do sujeito (automático) de direito (Marx, 2017). E, ao que nos interessa em particular neste estudo, percebe-se que o valor é o “sujeito da história” quando determinadas políticas públicas têm por base não a resolução de uma determinada problemática concreta da vida social, mas a própria manutenção do valor e daquilo que está em seu entorno, como o trabalho, a produção de mercadorias, o dinheiro, o mercado etc.

Sob a particularidade histórica da educação contemporânea, um exemplo da objetivação do valor como “sujeito da história” se expressa quando uma das metas da educação escolar, constituída à luz dos *10 passos para um sistema de educação mais sólido* proposto em um relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2021, p. 317), busca diminuir progressivamente a reprovação escolar dos alunos, pois o atraso no ingresso deste aluno ao mercado de trabalho faz com que a economia nacional tenha prejuízos, seja pelo valor gasto pelos cofres públicos numa educação mais longa para este aluno, seja pela demora no retorno econômico do investimento inicialmente feito pela educação. Faz-se perceptível a lógica empresarial que está contida tanto na instituição escolar, como no conceito de sujeito em formação nutrido pela escola. Logo, a questão da formação autofágica retorna demonstrando que é o valor nas suas metamorfoses próprias (mercadoria e dinheiro) que constitui o verdadeiro sujeito da história ao passo que os sujeitos, de carne e osso, são arrastados pelo valor, pois “são seus executantes e ‘funcionários’ - ‘sujeitos’ do sujeito automático” (Jappe, 2021, p. 34-5).

Ainda que seja evidente que uma determinada concepção de formação humana tenha de ter relação com as condições materiais de seu dado tempo histórico, o que se adverte no tempo presente é o escancaramento do valor (em sua crise específica) como determinação basilar dos processos formativos. Tal determinação se manifesta quando a escola propagandeia, sobretudo de modo empresarial, discursos individualistas de liberdade, criatividade, velocidade e flexibilidade que têm por horizonte a socialização da infância e adolescência nos princípios de valorização do valor, e quando tais princípios formativos buscam reafirmar a ordem social estabelecida mesmo quando essa é a principal causa de um gradativo aumento de casos de adoecimento mental entre crianças, adolescentes e adultos. Assim, expor as questões relativas à formação autofágica é também expor o desdobrar gradual de uma “paisagem patológica” composta por depressão, ansiedade, transtorno de déficit de atenção, síndrome de hiperatividade, transtorno de personalidade limítrofe ou até mesmo a síndrome de *burnout* (Han, 2015, p. 7). Constata-se, deste modo, que o aprofundamento do adoecimento psíquico na sociedade não diz respeito apenas ao âmbito da cultura, ou mesmo apenas ao âmbito neurológico dos sujeitos sociais, mas possui uma relação direta com dimensão material calcada na própria forma de constituição das sociedades modernas e de seu respectivo sistema econômico pautado no trabalho, na mercadoria, no valor etc.

Nestes termos, outro exemplo claro deste movimento fantasmático expressa-se no conjunto de determinações internacionais da OCDE que instituem, em alguma medida, o conteúdo das políticas e leis referentes à educação escolar. Assim, as formulações da OCDE (2015) sobre o conceito de “competências socioemocionais” vieram a ser incorporadas tanto na *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC) como lei para toda e qualquer instituição de educação básica nacional, como nas diretrizes referentes à *BNC - Formação continuada* sobre a formação de professores. Assim, de acordo com o relatório da OCDE (2015, n.p.), entende-se por “competência socioemocional” uma capacidade a ser desenvolvida no sujeito em formação que consiste, em suma, em saber lidar adequadamente com as emoções visto que isto é, segundo o próprio documento, “essencial para enfrentar os desafios do século 21”. A concepção de educação proposta pela BNCC pretende possibilitar “a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (Brasil, 2018, p. 8), ou seja, sob a máscara de 'problemas inescapáveis', a educação deve garantir a aclimatação do jovem à crise do valor com vistas à sobrevivência do próprio sistema patriarcal produtor de mercadorias.

O conceito de “competências socioemocionais” expressa as determinações subjetivas necessárias à valorização do valor quando elabora a imagem fetichista de uma “criança completa” capaz de enfrentar com mais “eficiência” os desafios (econômicos) previstos para o futuro, uma vez que crianças “motivadas” e “focadas em resultados” são “mais propensas a superar dificuldades, ter um bom desempenho no mercado de trabalho e, conseqüentemente, alcançar sucesso na vida” (OCDE, 2015, p. 13). Contudo, ainda segundo este mesmo documento, as competências socioemocionais devem ser compreendidas em matizes muito específicas pois nem todas as competências representam, tal como deveriam, “resultados socioeconômicos positivos” (Idem, p. 132). Nestes termos, o documento da OCDE (2015) acaba por elaborar objetivamente

os princípios de um processo de formação humana que tem o valor, em sua crise imanente, como elemento constitutivo da própria dinâmica social.

Nas palavras do Marx (2017) d'*O capital*, toda a relação social submetida às condições do capital acaba por se converter numa relação entre coisas, isto é, numa relação que, em nome de princípios abstratos e fetichistas, os sujeitos sociais se relacionam entre si como mercadorias e fazem, portanto, jus à sua condição de coisa em submissão e sujeição (*sub-jectus*). Tal “relação entre coisas” se expressa como uma relação fetichista, fundamentalmente inconsciente, na qual o ser social real e de carne e osso tem de se deixar corresponder, em função de abstrações qualitativas, não somente ao ideal metafísico de produtividade e eficiência empresarial, mas também ao ideal sexualmente cindido de ser humano que as instituições sociais modernas ainda comportam.

Considerações finais, ou sobre como a radicalidade teórica é necessária ao entendimento do que configura a formação humana

Na medida em que não existem processos formativos neutros do ponto de vista de influências sociais e culturais, percebe-se que o caráter geral do que se configurou chamar hoje de formação humana tem de estar numa relação de simetria para com a forma da sociedade, da concorrência generalizada da mercadoria e, conseqüentemente, dos multifacetados processos de adoecimento psíquico. É nestes termos que o projeto teórico de releitura das obras de Marx à luz do “colapso da modernização” constitui um novo campo teórico para pensar os processos gerais de formação humana (Kurz, 2004). É também neste campo que a Teoria crítica do valor vem projetando incisivas críticas aos rumos da modernidade capitalista nas sociedades contemporâneas, bem como também vem alargando, do ponto de vista teórico, as possibilidades de análises críticas dos processos de formação humana (escolar e cultural) que dali derivam.

Tal como delineado em linhas gerais neste artigo, a questão da formação autofágica alude a uma série de implicações do valor sobre a sociedade e suas instituições, bem como sobre o sujeito social e a sua subjetividade. Assim, no que tange uma articulação dos princípios epistêmicos da Teoria crítica do valor à formação autofágica, temos que algumas das contribuições que dali derivam podem ser expressas, a princípio, a partir de uma crítica radical ao projeto civilizatório da modernidade esclarecida, ao próprio capitalismo e, por fim, à forma-sujeito que emerge destas condições históricas específicas. Pressupõe-se disso os contornos de uma crítica radical completamente distinta das principais perspectivas epistêmicas que costumam revolver em torno dos temas relativos à formação humana e cultural, visto que essa radicalidade teórica acompanha não apenas a análise dos momentos mais elementares daquilo que aparece para nós como um dado normativo, mas também daquilo que se mantém historicamente em uma dimensão fetichista pouco tematizada no interior destes debates.

Ressaltamos que a dimensão epistêmica que busca fundamentar esta exposição não parte, a princípio, de uma tentativa de reformar um determinado objeto de análise à luz de suas concepções teóricas constituídas historicamente de modo crítico ao valor. Pelo contrário, o objetivo é colocar em jogo a

possibilidade de confrontar radicalmente a forma e o conteúdo de tudo aquilo que se mantém conservado como aspectos normativos da sociedade e de suas respectivas instituições. Esses “aspectos normativos” também incluem categorias como trabalho, economia e dinheiro - caras às mais diversas concepções de educação moderna e contemporânea. Trata-se, portanto, de uma crítica essencialmente dialética que questiona até mesmo um conceito de história essencialmente positivado pelas mais diversas instituições sociais. Portanto, a radicalidade desta crítica reside no fato de que ela não é apenas derivada da materialidade histórica da sociabilidade do valor, mas também que essa mesma crítica busca constituir um quadro epistêmico de recusa total dessa mesma materialidade ao buscar mobilizar o “não-idêntico” em relação aos pressupostos lógico-identitários da modernidade (Adorno, 2009; Kurz, 2010).

Ainda que as variáveis de qualquer fenômeno social sejam sempre a expressão dialética de um *continuum* histórico, é sabido que, no interior das elaborações marxianas e marxistas sobre a constituição da subjetividade e da consciência humana, são as condições materiais de um dado tempo e espaço que expõem o caráter decisivo deste processo formativo. Deste modo, são as condições históricas que os sujeitos sociais herdam em cada período histórico que vão, em alguma medida, situar o seu processo formativo em uma dada condição. Entretanto, pensar os processos de formação humana e, conseqüentemente, as instituições sociais que se voltam a esta causa, como a escola, por exemplo, demanda, à luz da Teoria crítica do valor, um movimento que não mais se encerra na mera disputa da forma ideal da educação ou mesmo da instituição escolar, mas que busque revelar e confrontar as suas bases constitutivas mais elementares. Não se trata, por fim, de se eximir da “luta política diária”: pelo contrário, trata-se de se comprometer com ela de tal forma que poderíamos construir, a partir destes esforços, um movimento teórico inclinado a desvelar alguns dos aspectos normativos desta instituição como aqueles relativos às bases históricas das concepções de sujeito sexualmente clivado que ali se aninham; a influência de uma economia libidinal sobre os processos formativos que produzem, nas mais diversas concepções de educação escolar, uma forma-sujeito conivente à concorrência generalizada e, por fim, ao mito do progresso social que ali se propaga por meio de uma racionalidade expansionista e exploratória. Embora já sendo evidente, vale ressaltar que a presente articulação entre Teoria crítica do valor, crítica do gênero do Estado e crítica da educação escolar é algo que ultrapassa os limites de um artigo científico. Assim, destaca-se o caráter inicial deste estudo e a necessidade de ampliá-lo de modo não apenas a expandir o argumento naquilo que ele pode apresentar de positivo, como também de corrigi-lo em suas eventuais insuficiências ou mesmo naquilo que se apresenta aqui como omissão teórica ou histórica.

Por fim, destacamos que ao pensarmos em “formação autofágica” remetemo-nos, em suma, à cultura e à instituição escolar. Porém, na primeira o que qualifica os processos formativos tem a ver com a sublevação de gramáticas próprias de um tempo histórico, enquanto na segunda temos um campo institucional em disputa. Sobre esse “campo em disputa” podemos afirmar, sem grandes entraves, que ele é cercado de concepções de educação e de sujeito que buscam se firmar ali de uma forma ou de outra, mas que em sua diversidade não ultrapassam os contornos essenciais da forma-sujeito. Deste modo, o que a perspectiva epistêmica de crítica ao valor nos propõe, mas que ainda espera pelo refinamento teórico

adequado, é justamente a necessidade de aprofundamento da crítica à essa instituição social de tal modo que ela não mais venha a expressar a dinâmica do fetiche como elemento central, ou seja, que ela não mais venha a ser a expressão correlata de um movimento fantasmagórico no qual o mito do progresso faça os sujeitos de carne e osso se constituírem à luz de um movimento autofágico.

Referências:

- ADORNO, T. **Dialética negativa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 26 set. 2022.
- BRASIL. **Resolução CNE/CP n2, de 20 de dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC - Formação), 2019. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=135951-rcp002-19&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 28 set. 2022.
- DEBORD, G. Comentários sobre a sociedade do espetáculo. In DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo: 50 anos mais atual do que nunca**. 2. ed. Rio de Janeiro: Contracorrente, 2017 [1988].
- HAN, B. **Sociedade do Cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2015.
- JAPPE, A. **A Sociedade Autofágica: capitalismo, desmesura e autodestruição**. São Paulo: Elefante, 2021.
- KURZ, R. **A substância do capital: O trabalho abstrato como metafísica social real e o limite absoluto da valorização**. 2005. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/rkurz203.htm>. Acesso em: 26 set. 2022.
- KURZ, R. **O duplo Marx**. 2005 [1998]. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/rkurz8.htm>. Acesso em: 26 set. 2022.
- KURZ, R. **O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- KURZ, R. **Os últimos combates**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- KURZ, R. **Razão sangrenta: ensaios sobre a crítica emancipatória da modernidade capitalista e de seus valores ocidentais**. São Paulo: Hedra, 2010.
- LAVAL, C; DARDOT, P. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- LAVAL, C. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social**. Maceió: Coletivo Veredas, 2018.
- MARX, K. **O Capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- OLIVEIRA, R. J. F. de. **O homem sem qualidades à espera de Godot: Molière, Musil, Beckett, Macunaíma e o devir vazio da modernidade**. São Paulo: Hedra, 2020.
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Socioeconômico. **Competências para o progresso social: o poder das competências socioemocionais**. São Paulo: Fundação Santillana, 2015.

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Socioeconômico. **Educação no Brasil: uma perspectiva internacional**. São Paulo: Fundação Todos pela educação, 2021.

POSTONE, Moishe. **Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria social de Karl Marx**. Trad. Amilton Reis e Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da educação**. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992 [1762].

SCHOLZ, R. **O valor é homem: teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos**. Novos Estudos. CEBRAP, São Paulo, n. 45, julho de 1996, p. 15-36.

STEINMETZ, C. J. **Formação autofágica e Crítica radical**. 2021. Orientador: R. R. Mueller. 165 p. Mestrado em Educação - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Criciúma, 2021.

ZACARIAS, G. F. **No espelho do terror: jihad e espetáculo**. São Paulo: Elefante, 2018.

Notas

¹ Doutorando em História da Arte pela Unicamp e Mestre em Educação pela Unesc. É pesquisador colaborador do Núcleo de Estudos sobre Formação (FORMA/CNPq/Unesc) com pesquisa financiada pela Capes, Capes Print e PDSE. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0457783552188702>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3123-1285>. E-mail: c236375@dac.unicamp.br.

² O surgimento da Teoria crítica do valor (*Wertkritik*) se deu a partir da organização do conjunto de autores que trabalhavam na revista *Marxistische Kritik* (Crítica Marxista) que, na década de 1990 mudaria seu nome para *Krisis* e, em 2004, cindir-se-ia também em direção a uma nova revista, a *Exit!*. A cisão da *Krisis* que deu origem à *Exit!* pode ser compreendida nos termos das elaborações teóricas de Roswitha Scholz que trouxe aos debates sobre a crítica do valor um conjunto de questões de ordem psicanalítica, antropológica e histórica ao considerar o gênero e suas questões iminentes à crítica do capitalismo. Assim, apesar das polêmicas recentes sobre os membros destes grupos e sua adequação ou não aos setores desta crítica, propõe-se aqui uma leitura livre a partir das contribuições teóricas de algumas de suas figuras expoentes dando ênfase ora na produção teórica de Roswitha Scholz, ora na produção de Anselm Jappe. Ressalta-se, por fim, que a elaboração das ideias aqui apresentadas constituem parte da dissertação de mestrado intitulada como *Formação autofágica e crítica radical* defendida em 2021 na UNESC.

³ Entende-se aqui por “forma-sujeito” uma determinada forma de sujeito social que deriva das determinações fetichistas do capitalismo. Trata-se, por fim, de um constructo histórico que estabelece um referente ilusório pautado em um ideal abstrato o qual, por exemplo, deixa-se marcar por gênero, raça, religião etc. A “forma” do sujeito é, portanto, histórica, ideal e abstrata e não se reconhece na perspectiva da ruptura, mas da continuidade dos processos gerais de fetiche que partem tanto da particularidade histórica da modernidade, como das determinações iminentes às “mutações antropológicas” que emergem da fantasmagoria real do fetiche capitalista (Jappe, 2021).

⁴ Consulte a dissertação *Formação autofágica e Crítica radical* de Cristiano J. Steinmetz (2021).

⁵ Gabriel Zacarias (2018, p. 30) expõe que o termo “Amok” foi “[...] originalmente forjado pela etnologia do século XIX para identificar formas ‘bárbaras’ de violência em povos não ocidentais. Os etnólogos colonizadores observaram o fenômeno de indivíduos que, após acumular frustrações e humilhações pessoais, atacavam a esmo outros indivíduos, em explosões de raiva assassina, geralmente munidos de armas brancas”. As explosões de uma violência cega comum à imagem do Amok também foram trabalhadas no livro *A sociedade autofágica: capitalismo, desmesura e autodestruição* (2021), de Anselm Jappe.

⁶ Na medida em que o projeto civilizatório da modernidade capitalista veio delineando a forma-sujeito de referência nos termos de arquétipos masculinos do valor, cabe notar que o feminino veio a ser delegado como objeto ontológico-cindido para que, a partir dele, o masculino pudesse acumular aquilo que lhe fosse necessário.

⁷ Um dos exemplos históricos mobilizados por Scholz (1996, p. 22) que aponta para a constituição de adjetivos vinculados genericamente ao gênero feminino pode ser expresso no livro *Malleus maleficarum* [O martelo das bruxas] que foi redigido pelos padres Heinrich Kraemer e James Sprenger em 1486. Tal livro, além de sugerir uma suposta “inferioridade da mulher e sua predisposição à bruxaria e ao pacto com o demônio”, também apresenta conceitos como “inconstância, concupiscência, raciocínio débil, extravagância, perfídia e credulidade” que compunham uma

gramática medieval que seria reformulada de modos muito particulares e com finalidades distintas no adentrar da modernidade.

⁸ Lembremos o que um dos epígonos da educação moderna, a saber Rousseau (1992 [1762], p. 428-430) em *Emílio ou da educação*, disse a esse respeito: "Uma vez demonstrado que o homem e a mulher não devem ser constituídos da mesma maneira, nem de caráter nem de temperamento, segue-se que não devem receber a mesma educação. Seguindo as diretrizes da natureza, devem agir de acordo, mas não devem fazer as mesmas coisas: o fim dos trabalhos é o mesmo, mas os trabalhos são diferentes e, por conseguinte, os gostos que o dirigem".

Recebido em: 1º de out. 2023
Aprovado em: 18 de dez. 2024